

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

Projeto de Lei n.º 5/2003, que altera os arts. 1º e 20 da lei n.º 7716, de 5 de janeiro de 1989, e o § 3º do art. 140 do Código Penal, para incluir a punição por discriminação ou preconceito de gênero e orientação sexual.

Autor : Deputada Iara Bernardi

Relator : Deputado Aloysio Nunes Ferreira.

Voto em Separado do Deputado José Divino.

O Projeto de Lei em referência foi distribuído as Coordenação de Comissões Permanentes (CCP), e de constituição Justiça e Redação (CCJR).

Ele pretende alterar os arts. 1º e 20 da Lei n.º 7716, de 05 de janeiro de 1989, e o § 3º do art. 140 do Código Penal, para incluir a punição por discriminação ou preconceito de gênero e orientação sexual.

Nesta Comissão, a matéria recebeu parecer favorável do relator, pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa, apesar de ter consciência de que o PL 5/2003, tenha ignorado algumas normas da Lei Complementar 95/98, apresentando Emenda rejeitando o mérito.

A orientação sexual ao meu ver é uma opção, e não um gênero de vida, raça e cor. Trata-se de uma escolha humana para um determinado comportamento, assim como a orientação religiosa, política etc...

A opção sexual não é nativa; o ser humano não nasce hetero ou homossexual, ele opta pela vida íntima que levará a partir de um determinado período ao longo de sua existência.

Portanto Não me deterei em discorrer sobre o PL 5/2003, consciente que não cabe a inclusão na lei n.º 7716, e o § 3º do art. 140 do Código Penal, punições por não aceitação de uma orientação sexual, cujo os parâmetros fogem das orientações familiares e sociais, não se tratar de preconceito e sim de opção de vida.

Vale enfatizar que homossexualismo não é uma cultura; os optantes não vivem em culturas diferenciadas, eles convivem nas diversas classes sociais e culturais, não há como identificar um optante homossexual por sua cultura, raça ou cor.

Com relação a justificativa da autora do Projeto Lei, o enorme grau de violência praticado contra os homossexuais, é também praticado com a mesma gravidade contra : mulheres donas de casa, mulheres prostitutas, crianças e adolescentes usuários de drogas, negros, pobres e religiosos.

A vista do exposto, opinamos pela não aprovação deste Projeto, por entender que não cabe mudança na lei, ficando o mérito da questão prejudicado.

Sala das sessões, em 18 de setembro de 2003.

JOSÉ DIVINO
Deputado Federal – PMDB/RJ